

SINERGIA

REVISTA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS (ICEAC)

O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ARTESANATO NA CIDADE DE LAJES PINTADAS – RN

JOÃO MORAES SOBRINHO^{*}
THÁIS BARBOSA FERREIRA^{**}
DIOGO HENRIQUE HELAL^{***}
MÁRCIA DA SILVA COSTA^{****}

RESUMO

Por meio do artesanato, os artesãos conseguem expressar valores de uma cultura e peculiaridades de suas regiões. Essa atividade se apresenta como alternativa para a geração de oportunidades e constitui uma importante fonte de renda no Brasil. O presente trabalho discute o papel do Estado como promotor do desenvolvimento regional através de políticas públicas de estímulo à atividade artesã no município de Lajes Pintadas, no estado do Rio Grande do Norte. A metodologia adotada teve caráter descritivo e a pesquisa foi delineada como estudo de caso. Os dados para este estudo foram coletados através de pesquisa documental, entrevista semiestruturada e aplicação de questionário. Os principais resultados indicaram que as ações de geração de emprego e renda constituem-se em importantes estratégias para fomentar o desenvolvimento regional e propiciar melhores condições de vida para as famílias envolvidas com o artesanato. Entretanto, as ações desenvolvidas ainda se mostram insuficientes, pois ainda são poucos os beneficiados.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas. Artesanato. Estado.

ABSTRACT

THE ROLE OF THE STATE IN REGIONAL DEVELOPMENT: ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES ON HANDICRAFT IN THE CITY OF LAJES PINTADAS – RIO GRANDE DO NORTE, BRAZIL

Craftsmen can express values of a culture and peculiarities of their regions through handicraft activities. This paper discusses the role of the state as promoter of development through public policies to support the activity of craftsmen. Handicraft has an important role for generating opportunities and is an important income source in Brazil. This research aims to analyze the impact of public policies related to regional development by means of support to craftsmen in the city of Lajes Pintadas, Rio Grande do Norte State, Brazil. The methodology of this work is descriptive research and it was designed as a case study. Data were collected through document research, semi-structured interview and questionnaire. The main results indicated that actions to create jobs and income are important strategies to promote regional development and provide better living conditions for families involved with handicraft. However, the actions taken are still insufficient, since there are few beneficiaries.

KEYWORDS: Public policies. Handicraft. State.

1 INTRODUÇÃO

O Estado brasileiro atravessou inúmeras mudanças ao longo do último século. Com o fim da República Velha e a instauração do governo de Getúlio Vargas, a partir da Revolução de 1930, o Brasil, aos poucos, viu a transformação de uma economia quase predominantemente baseada na agropecuária para uma economia industrial (OLIVEIRA, 2003). O problema é que o desenvolvimento se concentrou fundamentalmente na região Sudeste do Brasil. Em virtude da ausência histórica de políticas e ações voltadas à melhoria das condições socioeconômicas de sua população, o Brasil é um país marcado por profundas desigualdades regionais e precisa de políticas que auxiliem a superar as desigualdades e minimizar os conflitos sociais.

^{*} Professor universitário; mestre em Administração pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Pós-Graduado em Marketing e Gestão Estratégica de Pessoas pelo CESED. E-mail: consultoremfoco@gmail.com.

^{**} Mestre em Administração – UFPB.

^{***} Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração (Doutorado e Mestrado) da UFPB. Doutor em Ciências Humanas – Sociologia e Política pela UFMG.

^{****} Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração e do Departamento de Administração da UFPB; doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

É evidente, no país, a disparidade e desequilíbrio na distribuição de renda e recursos. Essa desigualdade, com forte caráter regional, apesar de ser combatida, principalmente nas últimas décadas, ainda é um problema e um desafio a ser enfrentado pelos governantes e gestores.

Uma das ferramentas mais importantes para minimização das desigualdades se dá a partir de políticas públicas, que, de forma genérica, podem ser definidas como formulação de propostas e tomadas de decisão que mobilizam interesses da coletividade sendo uma atribuição dos governos (COELHO, 2009). As políticas públicas são potencializadas quando acompanhadas por ações desenvolvidas por órgãos paraestatais, e com envolvimento da sociedade civil.

Este trabalho discute o papel do Estado como promotor do desenvolvimento através de políticas públicas de apoio à atividade artesã. O artesanato surge como importante opção para a geração de oportunidades e se constitui em uma importante fonte de renda no Brasil. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o artesanato é definido como a “arte ou ofício de produzir objetos individuais cujo modo de fazer está enraizado no cotidiano das comunidades” (IBGE, 2012).

O presente trabalho teve por objetivo analisar o impacto das políticas públicas e ações voltadas ao desenvolvimento regional através do estímulo à atividade artesã no município de Lajes Pintadas, no Rio Grande do Norte. Para atingir seu objetivo, os pesquisadores buscaram analisar a existência e a integração de políticas públicas e ações estatais voltadas ao desenvolvimento do artesanato local, bem como efetuar um levantamento do perfil do artesão local e verificar sua percepção em relação à adequação das políticas públicas oferecidas para o desenvolvimento de suas atividades. A ideia subjacente é sugerir o artesanato como fonte ou complemento de renda para populações carentes e como forma de desenvolvimento regional.

A cidade de Lajes Pintadas fica localizada na região da Caatinga, no estado do Rio Grande do Norte, a 128 quilômetros de Natal, a capital potiguar. O PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* gira em torno de R\$4426,34 (IBGE, 2012), com uma população com pouco mais de 4.600 habitantes. O Índice de Desenvolvimento, segundo dados do PNUD 2000, é de 0,655, abaixo da média do estado do Rio Grande do Norte. Os indicadores sociais da cidade de Lajes Pintadas refletem a realidade de grande parte dos municípios do Nordeste brasileiro. Segundo dados do Mapa de Pobreza e Desigualdade do IBGE (2003), a cidade possui uma incidência de pobreza da ordem de 60,24% de sua população e um índice de Gini de 0,34, que demonstra elevada desigualdade.

A relevância do estudo está em buscar oferecer, em caráter preliminar, uma visão das condições dos artesãos da região e dos resultados da ação do Estado e órgãos paraestatais no desenvolvimento regional. O trabalho busca descrever a realidade de um grupo de artesãos do município de Lajes Pintadas e em seguida sugere algumas diretrizes para uma atuação mais efetiva por parte do Estado para o desenvolvimento regional e redução de disparidades sociais, promovendo a melhoria das condições socioeconômicas. Na discussão teórica são abordados os principais temas relacionados à pesquisa, de modo a construir um marco teórico de referência, em seguida são apresentados os métodos usados na condução do presente estudo e por fim se apresentam as análises e discussões pertinentes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A seguir serão discutidos os principais conceitos que servirão para construção do marco teórico do presente artigo.

2.1 A relação entre Estado, sociedade e mercado em uma sociedade capitalista e seus impactos sobre a estrutura social e de emprego

O Estado, por meio do seu poder político, teve um papel relevante para disciplinar as mudanças que se verificavam com a progressiva mercantilização da economia nos primórdios do capitalismo. De acordo com Polanyi (1980), através de medidas como a regulamentação e outras ações como a lei dos pobres na Inglaterra, o Estado conseguiu minimizar os impactos perversos do novo sistema como a formação de monopólios e preços abusivos. No entanto, com a emergência do conceito de mercado autorregulado, a sociedade passaria por grandes transformações. O mercado autorregulado pressupõe a separação institucional das esferas da economia e da política na sociedade, que andavam juntas até então. Permitir que o mercado tivesse tamanho poder de condução dos destinos da sociedade resultaria no desmoronamento da sociedade. Para Polanyi (1980), tal sistema traria terríveis impactos para o tecido social, pois, ao despojar os homens da cobertura das instituições estatais, a sociedade poderia sucumbir pelos efeitos da fome, do abandono social, do crime, entre outros.

Em decorrência disso, conforme Pochmann (1998), a sociedade capitalista convive com a exclusão e a desigualdade social desde seus primórdios. O desenvolvimento do capitalismo esteve sempre atrelado à exploração dos trabalhadores e uma relação desigual entre as classes trabalhadoras e os capitalistas.

2.1.1 O impacto do liberalismo e do marxismo nas relações entre Estado e mercado

Para uma melhor compreensão das relações entre Estado, sociedade e mercado, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre as principais matrizes teóricas que influenciaram esta relação: o liberalismo e o marxismo. Segundo Coelho (2009), o surgimento do liberalismo remonta aos séculos XVII e XVIII, em decorrência das ideias iluministas e dos economistas clássicos. Já o marxismo surgiu no século XIX com importantes contribuições aos campos da política e da economia e a crítica sistemática ao modelo capitalista firmado nas ideias liberais.

De acordo com Coelho (2009), o pensamento liberal, a ideologia básica do capitalismo, propõe que todos os indivíduos são iguais por natureza e igualmente portadores de direitos naturais aos quais eles não podem, em hipótese alguma, abdicar: os direitos à liberdade e à propriedade. Para poder funcionar adequadamente, o mercado dependia da “liberdade” dos indivíduos. Segundo as ideias liberais, o Estado atuaria apenas para garantir ao indivíduo a liberdade de plena iniciativa e retirando os “obstáculos”, como eram encaradas as leis e as políticas públicas. A ideia básica é que as relações de troca e os preços dos fatores de produção sejam regulados livremente pelo mercado. Essa filosofia sustentou o arcabouço econômico e político de muitas nações do mundo ocidental ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX. Mas a primeira crise em escala global do capitalismo trouxe o questionamento do modelo econômico vigente (HEIDMANN; SALM, 2009, p. 25). O problema, sob a ótica de Harvey (1996), é que o capitalismo possui imperfeições. Mesmo quando os requisitos do sistema estão presentes, algum grau de intervenção é necessário para compensar as falhas do mercado autorregulado. A ação coletiva do Estado é requerida para reduzir as distorções como preços abusivos, monopólios e fornecer bens coletivos que não podem ser oferecidos pelo mercado como infraestrutura, defesa, educação, dentre outros.

O Estado passaria, a partir dos anos 1930, a uma posição mais atuante no desenvolvimento de políticas públicas. Como contraponto ao modelo liberal, a esquerda, influenciada principalmente pelas ideias marxistas, teve um papel relevante na consolidação das democracias e na forja de um papel mais atuante do Estado nos destinos da sociedade. Através dos movimentos sociais e do movimento sindical, influenciados pelo marxismo, o liberalismo aos poucos passou a incorporar o problema da democracia.

O estado de bem-estar social emerge à medida que as instituições sociais tradicionais são destruídas pela economia industrial moderna (SPING-ANDERSEN, 1991). O estado de bem-estar social pode transformar a sociedade capitalista e diminuir sua desigualdade.

Polanyi (1944, apud SPING-ANDERSEN, 1991) defende que para a reintegração da economia social, a política social configura-se como pré-condição necessária. Therborn (1983, apud SPING-ANDERSEN, 1991) defende que num estado de bem-estar social genuíno a maioria das atividades do Estado devem estar voltadas para as necessidades de bem-estar das famílias. No caso de bem-estar social residual, o Estado só assume a responsabilidade quando a família ou mercado são insuficientes, limitando-se a grupos marginalizados e mercedores. No modelo institucional, toda a população é beneficiada pelo compromisso institucionalizado do bem-estar social.

Posteriormente, conforme Geoff (2005), esse modelo é contestado quando da ocorrência da crise econômica de 1973, que interrompeu o ciclo de crescimento da economia mundial no pós-guerra e trouxe o questionamento dos princípios keynesianos. As ideias liberais ressurgem. As consequências foram a reestruturação do sistema capitalista, com o fim do pacto fordista, e a reformulação da estrutura de classes pela progressiva perda das conquistas e direitos sociais.

2.1.2 Capitalismo no Brasil e seus reflexos na estrutura do emprego no Brasil e desigualdade

Conforme Boito Jr. (2003), a implantação do modelo neoliberal no Brasil, principalmente a partir dos anos 1990, trouxe alterações na estrutura de classes e de poder na sociedade e acarretou o desmonte da rede de proteção criada no período desenvolvimentista. O autor destaca a abertura comercial e financeira e a desregulamentação do mercado de trabalho, bem como as políticas de privatização e a redução dos direitos sociais como as políticas que colaboraram para o desmonte da rede de proteção social do Brasil. Em virtudes das particularidades do capitalismo no país, não houve espaço para o desenvolvimento do Estado do bem-estar. Pelo menos não nos moldes dos países capitalistas centrais. Em se tratando de um país periférico, onde o capitalismo se desenvolveu em bases diferentes dos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, o resultado foi devastador para inúmeros setores da sociedade, pois o país não dispunha de uma rede de proteção social que minimizasse as desigualdades e combatesse a concentração de renda. A ausência do Estado explica o grau de concentração e as disparidades regionais no Brasil.

O mercado não é capaz, por si só, de conduzir ao progresso e ao desenvolvimento apenas pelo crescimento do Produto Interno Bruto. Conforme Costa (2005) o processo de crescimento econômico, historicamente, se realizou sem uma associação com o aumento da renda como resultado de uma política de pleno emprego.

O aumento da atividade econômica controlada pelas grandes organizações ocasionou o deslocamento dos custos sociais sobre os proprietários dessas organizações, o que Perrow (1992) chamou

de externalidades dos custos sociais, o segundo fenômeno base de sua argumentação. O sistema necessitava de uma autoridade central para dirigir a distribuição dos custos que se deslocavam até as partes da população que não estavam organizadas para defender seus interesses. É então que entra o papel do Estado. Com o aumento das externalidades, os custos passavam a ser cada vez mais evidentes e não podiam ser ignorados. Passaram a ser necessárias organizações que pudessem cuidar desses aspectos – os asilos, o sistema de saúde pública, o sistema jurídico, entre outros.

2.2 O papel do Estado no desenvolvimento e redução das desigualdades em uma sociedade capitalista por meio das políticas públicas

Até o começo do século XX, o mercado autorregulado era visto como a solução ideal para o desenvolvimento da economia e da sociedade. Cabia ao Estado exercer apenas um papel acessório e deixar a economia seguir seu livre curso que levaria, invariavelmente, ao progresso e desenvolvimento. Uma economia de mercado é uma economia guiada sem qualquer interferência externa – apenas o mercado, com sua “mão invisível”, seria capaz de ordenar as relações de troca e trazer ganhos para todos. Conforme denuncia Polanyi (1980), o mercado autorregulado na verdade reduz o homem, a natureza e o trabalho a meras mercadorias, e cada um tem de se submeter às leis da oferta e procura. A história já demonstrou que deixar as forças de mercado atuarem livremente acarreta graves consequências sociais e econômicas. A crise da década de 1930 trouxe o questionamento do modelo econômico então vigente, o liberalismo clássico, reclamando maior participação do Estado. De acordo com Pochmann (1998, p. 11),

Durante a primeira metade do século XX, a análise crítica dos efeitos sociais negativos decorrentes do avanço desregulado do capitalismo influenciou, junto com outros fatores, a construção de um conjunto de políticas econômicas e sociais favoráveis ao bem-estar da sociedade. As políticas keynesianas promoveram, conjuntamente com a reformulação do papel do Estado, maior segurança econômica aos trabalhadores e, portanto, menor grau de exclusão social, impondo limites aos riscos de fraturas sociais nas economias capitalistas desde então.

Quando o mercado como condutor da economia entrou em crise, os Estados e os mercados passaram a promover em conjunto o desenvolvimento das sociedades. Através da ação política dos governos, leis que direcionavam a atividade econômica para fins específicos e com o aumento da participação do Estado de forma direta na economia, inclusive com a criação de empresas públicas e órgãos estatais, estavam criados os rudimentos do que mais tarde iria ser conhecido como políticas públicas (HEIDMANN; SALM, 2009).

“Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2010, p. 2). Para o autor, a política pública apresenta como elementos principais: a intencionalidade e a resposta a um problema entendido como relevante coletivamente. Para Heidmann e Salm (2009), políticas públicas dizem respeito a um conjunto de decisões e ações necessárias para que uma sociedade possa se desenvolver, formuladas e implementadas pelos governos em conjunto com as demais forças da sociedade, inclusive as forças de mercado.

Há diferentes abordagens a respeito do conceito de políticas públicas. Alguns autores e pesquisadores defendem uma abordagem estatista, a qual considera as políticas públicas prerrogativas exclusivas dos atores estatais. Segundo essa abordagem, o que determina se uma política é pública ou não é a figura jurídica do ator que a formula. A outra abordagem, chamada multicêntrica, considera que as políticas públicas não são privativas do Estado, mas inclui outros atores como organizações não-governamentais, entidades paraestatais e mesmo empresas capazes de formular políticas públicas. Para a abordagem multicêntrica, o que define se uma política é pública ou não é o tipo de problema a ser enfrentado. Caso se trate de um problema que atinja a coletividade, as ações desenvolvidas e executadas por esses atores são consideradas também como políticas públicas (SECCHI, 2010). Neste trabalho, assumimos como pressuposto a segunda abordagem.

Sob a perspectiva de Heidmann e Salm (2009) as políticas públicas vão além das políticas governamentais, na medida em que o governo não é a única entidade a oferecer políticas públicas. Outras organizações, segundo os autores, podem ser promotoras de políticas públicas com ou sem a cooperação dos governos, como, por exemplo, associações diversas, organizações não-governamentais e até mesmo empresas privadas.

2.2.1 Ciclo de políticas públicas e atores envolvidos no processo de políticas públicas

Atores são todos os envolvidos que têm seus interesses afetados direta ou indiretamente pelas políticas públicas. Para Secchi (2010), os atores são indivíduos, grupos ou mesmo organizações que desempenham papel na arena política. Os atores relevantes são aqueles capazes de influenciar o conteúdo e resultados das políticas públicas. De modo geral e sob uma abordagem multicêntrica para políticas

públicas, podemos diferenciar os atores em dois grandes grupos: atores governamentais e atores não-governamentais. Os atores governamentais abarcam políticos, burocratas e juizes. Já entre os atores não-governamentais estão: grupos de interesse, partidos, organizações do terceiro setor, meios de comunicação, entre outros. Todos esses atores influenciam em maior ou menor grau o ciclo de políticas públicas.

Para Heidmann e Salm (2009), o ciclo de políticas públicas envolve, basicamente, quatro etapas. A primeira etapa consiste na tomada de decisões com vistas à solução de problemas sociais previamente estudados. Essa etapa corresponde à formulação. A segunda etapa é colocar em prática as decisões tomadas, ou seja, implementar efetivamente as ações formuladas. O próximo passo consiste, segundo os autores, em verificar se as partes interessadas em determinada política ou conjunto de políticas tiveram suas demandas atendidas. Por fim, a etapa de avaliação das políticas com o fim de decidir sobre sua continuidade ou descontinuidade ou eventuais aperfeiçoamentos e reformulações. Os autores deste trabalho acreditam que essas duas etapas são complementares e, portanto, fazem parte de uma mesma etapa. Portanto, de modo geral, o ciclo de políticas públicas pode ser esboçado conforme esquema a seguir.

A correta compreensão do ciclo das políticas públicas auxilia os gestores a obter maior compreensão acerca do processo das políticas públicas, auxiliando-os a refletir com clareza sobre como as políticas poderão ser desenvolvidas, implementadas e aprimoradas.

2.2.2 Tipos de políticas públicas e finalidades

Existem diversas tipologias de políticas públicas. A tipologia é um esquema interpretativo e análise baseado em categorias e variáveis analíticas. Como as tipologias são classificações que enfatizam determinados aspectos em detrimento de outros eles possuem uma limitação importante de tornar simplificado demais a análise dos fenômenos, mas por outro lado ajudam a manter o foco sobre os elementos essenciais que estão sendo investigados. (Secchi, 2010).

Para o presente trabalho foi adotado a tipologia de Lowi que se baseia no “impacto esperado na sociedade” (LOWI, 1964, p. 689, apud SECCHI, 2010, p. 17). Segundo essa classificação, as políticas públicas podem ser divididas em quatro categorias.

As políticas regulatórias determinam padrões de comportamento para comportamentos, serviços e produção de bens. Possuem caráter regulatório e se apresentam na forma de leis, regras, códigos ou padrões éticos.

As políticas distributivas, por sua vez, geram benefícios para alguns grupos de atores e possuem seus custos diluídos pela coletividade na forma de impostos. Exemplo desse tipo de política: gratuidade de transporte para idosos e deficientes físicos, isenções ou subsídios para pessoas de baixa renda.

As políticas redistributivas concedem benefícios concentrados para algumas categorias de atores e acarretam custos concentrados sobre outras categorias. Possui alto potencial de conflitos. Exemplos política de cotas nas universidades e reforma agrária.

Por fim, as políticas constitutivas definem competências, as jurisdições e os regulamentos que ordenam a atuação dos atores. São também chamadas de metapolíticas. Como exemplos têm-se as regras do sistema político-eleitoral, as regras de autonomia entre os poderes, dentre outras. Podem ocasionar conflitos em virtude de alterações no equilíbrio de poder vigente na sociedade.

2.2.3 O artesanato no Brasil e o desenvolvimento regional

O artesanato configura-se como uma forte ferramenta de desenvolvimento regional de cidades que estão localizadas longe dos centros urbanos. Esse desenvolvimento não pode mais estar somente dependente da produção agrícola. Principalmente em regiões, como o nordeste, que são castigadas pelos efeitos climáticos e por tantos outros males históricos de desigualdade. O artesanato surge como uma nova oportunidade de renda e prosperidade para diversas comunidades. “A viabilização social e econômica de muitos territórios, por mais dependentes que sejam da atividade agrícola, passa a ser fortemente influenciada pela sua capacidade de gerar outras oportunidades de ocupação e trabalho [...]” (SCHNEIDER, 2004, p. 115).

O Brasil é um país rico culturalmente e de tradições marcantes. O artesanato está presente em todas as regiões brasileiras e uma das características principais é a diversidade de matérias-primas utilizadas para sua confecção. Sementes, palhas, sisal, cerâmica, pedra, pedra-sabão, algodão, etc. São inúmeras as possibilidades de materiais que pode ser utilizados nessa prática.

Considera-se matéria-prima toda substância principal, de origem vegetal, animal ou mineral, utilizada na produção artesanal, que sofre tratamento ou algum tipo de transformação de natureza física ou química, resultando em bem de consumo. Ela pode ser utilizada em estado natural, depois de processadas artesanalmente ou industrialmente ou serem decorrentes de processo de reciclagem ou reutilização. Segundo o Simpósio Internacional da UNESCO/CCI, realizado em 1997, pode-se considerar como produtos artesanais, aqueles feitos totalmente à mão ou com ajuda de ferramentas manuais com matérias-primas

procedentes de recursos sustentáveis. (Aprendendo a Exportar, 2012).

A produção artesanal tem acompanhado o ser humano ao longo da sua história, tendo sido melhor estruturada como segmento de trabalho na Idade Média, quando a produção concentrava-se nas mãos dos artesãos que, posteriormente, se uniram para suprir necessidades latentes do mercado de trabalho e consumo, configurando numa forma de trabalho cooperado.

Por meio do artesanato, os artesãos conseguem expressar valores de uma cultura e peculiaridades de suas regiões. O produto final vai muito além do que um simples *souvenir*, ele é o retrato de uma cultura e representa toda uma comunidade.

Ainda segundo dados do Simpósio Internacional da UNESCO/CCI, os artesãos podem ser identificados como aqueles que, de forma individual, exercem um ofício manual, transformando a matéria-prima bruta ou manufaturada em produto acabado. Há algumas formas grupais sob as quais esses trabalhadores podem se organizar: núcleo de artesãos, associação, cooperativa, sindicatos, federação e confederação. (Aprendendo a Exportar, 2012).

A prática do artesanato brasileiro ainda pode ser bastante relacionada a uma parcela da população mais carente, concentrada em municípios fora da capital e que, geralmente, tem no artesanato a sua renda principal ou complementar. São muitos os programas e projetos de apoio aos artesãos por parte dos órgãos públicos, muitos deles ainda com caráter bastante assistencialista e ligados às coordenações de assistência social. Outros, como no caso do DRS – Desenvolvimento regional Sustentável, da Fundação Banco do Brasil, fazem financiamentos para equipamentos e material, na maioria das vezes, a fundo perdido.

3 METODOLOGIA

O presente estudo, de caráter descritivo, foi delineado como estudo de caso. Os dados para a realização desse estudo foram coletados por meio de entrevista semiestruturada e aplicação de questionários.

3.1 O contexto e os sujeitos da pesquisa

O contexto do estudo é a cidade de Lajes Pintadas, localizada no estado do Rio Grande do Norte. A escolha da cidade foi feita por meio de pesquisa e identificação de uma associação que tivesse sido beneficiada por políticas públicas no estado do Rio Grande do Norte e que tivesse notoriedade no âmbito nacional. A associação de artesãos de Lajes Pintadas, que hoje conta com 25 associados, ganhou por duas vezes o prêmio SEBRAE Top 100 de Artesanato, entretanto perdeu o selo na terceira edição, realizada no ano de 2012.

O prêmio tem como objetivo destacar as 100 unidades produtivas mais competitivas do país, reconhecendo e incentivando o trabalho dos artesãos brasileiros. A primeira edição do prêmio foi realizada em 2006 e 500 grupos ligados ao artesanato participaram da seleção. Na segunda edição, em 2009, foram 1.025 grupos participantes em todo o território nacional. Os ganhadores são reconhecidos como os melhores do Brasil e participam de rodadas de negócios, feiras e exposições. A produção dos artesãos é inserida em um catálogo, distribuído entre compradores do Brasil e do exterior, o que contribuiu para impulsionar as vendas e dar maior visibilidade a esses grupos. No caso da associação de Lajes Pintadas, a divulgação contribuiu para chamar a atenção de compradores de todo o país, inclusive de uma grande rede de lojas do ramo de móveis e decoração, com filiais em vários estados brasileiros (SEBRAE, 2012).

Parte dos artesãos que participam da associação do município de Lajes Pintadas respondeu a um formulário elaborado para coleta de informações preliminares. Participaram da entrevista semiestruturada um artesão da localidade e dois gerentes do SEBRAE/RN que exerceram ou exercem ações ligadas ao segmento do artesanato no estado do Rio Grande do Norte. O primeiro gerente atua há cerca de 18 anos e o segundo há cerca de oito anos. Todos os respondentes foram mantidos no anonimato.

3.2 Processo de coleta e análise de dados

Para realizar o perfil dos artesãos do contexto do estudo, foi aplicado um questionário constituído por 10 questões, que abrangeram aspectos socioeconômicos dos associados. O questionário foi aplicado no dia 18 de julho de 2012. A coleta foi realizada pessoalmente, por meio de agendamento prévio, devido à necessidade de deslocamento até a cidade em que residem os respondentes.

A segunda estratégia de coleta de dados utilizada foi a entrevista semiestruturada que abordou, entre outros aspectos, as consequências das políticas públicas realizadas na associação em estudo. As entrevistas também foram realizadas pessoalmente, com agendamento prévio. O tempo de duração de cada entrevista foi, em média, de 25 minutos. As três entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Além dos questionários e das entrevistas, fez-se uso da observação não-participante, que, para Cooper e

Schindler (2003), surge como uma fonte interessante de complemento para outros métodos.

Uma vez realizadas todas as transcrições, teve início o processo de análise dos dados. O procedimento escolhido foi o da análise de conteúdo, que, para Dellagnelo-Eloise e Silva (2005) visa ao conhecimento de variáveis de ordem sociológica, histórica, psicológica, entre outras, a partir do uso do processo de dedução, que tem como base indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens específicas.

Para a análise dos dados, foram realizados os processos de categorização e codificação. Dellagnelo-Eloise e Silva (2005) ressaltam que o tipo de categorização mais utilizado é a análise por temas ou análise temática, que se dá por meio do isolamento de temas retirados de um texto e a extração das partes utilizáveis, de acordo com o problema em pesquisa. Para Bauer (2002), a codificação e, por conseguinte, a classificação dos materiais colhidos da amostra, não é imediata, é um processo interativo e que demanda tempo, uma vez que a codificação carrega consigo a teoria e o material de pesquisa.

Os discursos foram identificados pela seguinte codificação: G1 – gerente entrevistado com menos anos de atuação, G2 – gerente entrevistado com mais anos de atuação, A – artesão entrevistado. Após essa etapa, os discursos foram categorizados por temas. Posteriormente, iniciaram-se os processos de delimitação e análise de resultados. Bauer (2002) atenta para o fato de ser a análise de conteúdo uma construção social e, como qualquer construção viável, levar em consideração uma realidade que, neste caso específico, é o corpo do texto. O autor afirma que na pesquisa, o resultado vai dizer justamente se a análise apresenta produções de interesse e que possam resistir a um exame minucioso.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir são analisados e discutidos os principais resultados. Esta seção foi estruturada em duas subseções: análise dos questionários e análise das entrevistas.

4.1 Análise dos questionários

Os questionários foram aplicados com os artesãos no dia 18 de julho de 2012. A análise dos questionários, apesar de não permitir generalizações, pois apenas nove dos 25 artesãos da Associação de Artesãos de Lajes Pintadas o responderam, teve o objetivo de traçar, preliminarmente, o perfil socioeconômico dos artesãos locais e revelou algumas informações que merecem ser comentadas. O conhecimento do perfil dos beneficiários das políticas públicas é uma importante informação que auxilia os atores estatais e paraestatais a aumentar a eficácia das ações desenvolvidas (SECCHI, 2010).

Com relação à distribuição por gênero, observou-se que 56% ou maioria são mulheres. Acredita-se que esse número seja maior, pois muitas mulheres não compareceram à reunião. Outro dado relevante: 78% dos respondentes afirmaram que seus pais não trabalhavam no artesanato, apontando que a atividade é recente e foi desenvolvida há pouco tempo. A média de tempo em que os indivíduos trabalham como artesãos é de 15 anos e meio aproximadamente, tempo um pouco maior do que o da fundação da associação. A idade média dos artesãos é de aproximadamente 37 anos.

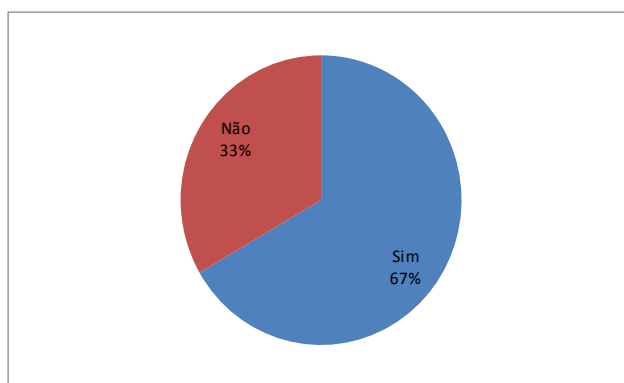


FIGURA 1 – Importância do artesanato na renda familiar
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

A figura 1 mostra o percentual de pessoas que declararam a atividade do artesanato como a principal fonte de renda. Isso demonstra a relevância socioeconômica da atividade para os envolvidos e para a economia da região.

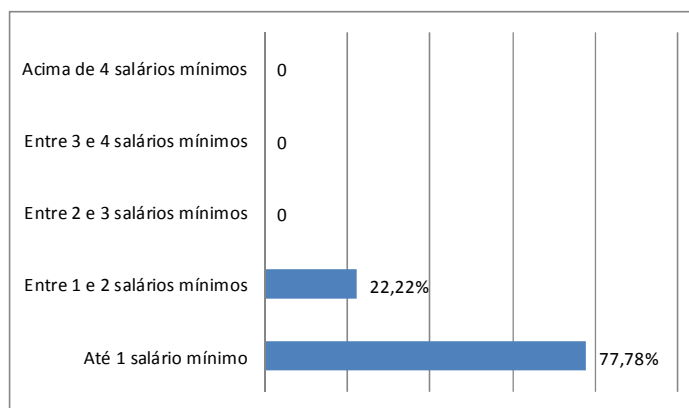


FIGURA 2 – Faixa de renda
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Outro dado que merece atenção, e retratado na figura 2, é a renda obtida com a atividade de artesanato, que ainda gera poucos benefícios financeiros para os envolvidos. Quase 80% dos artesãos declararam que percebem até um salário mínimo com a atividade. Uma das prováveis razões é o baixo volume da produção, decorrente ainda de um pequeno número de compradores concentrados na cidade de Natal, conforme revelam as entrevistas.

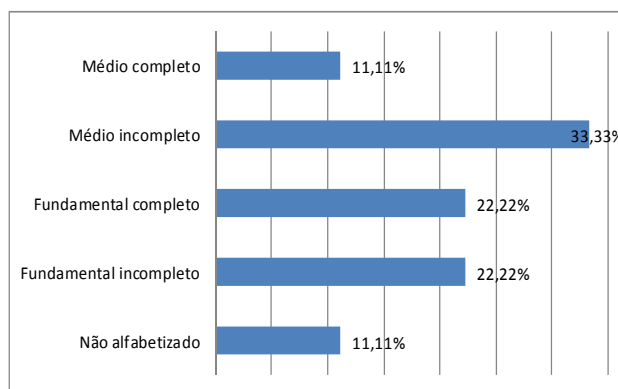


FIGURA 3 – Nível de instrução
FONTE. Pesquisa de campo, 2012.

O nível de instrução, conforme a figura 3, é relativamente baixo, mostrando uma eventual ausência de uma política educacional mais efetiva para a comunidade de artesãos.

TABELA 1 – Tipo de assistência recebida

Itens citados	Percentual válido	Percentual acumulado
Capacitação ou treinamento	53,3	53,3
Consultoria	6,7	60,0
Financiamento	13,3	73,3
Palestras	20,0	93,3
Outro	6,7	100,0
Total	100,0	-

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

A tabela 1 mostra que o tipo de assistência recebida se concentra em capacitações ou treinamentos. Em que pese a importância da capacitação para a atividade do artesanato por seu caráter técnico, percebe-se que políticas públicas mais eficazes de financiamento e consultoria para o desenvolvimento do negócio assumem importância estratégica para o crescimento da renda gerada pela atividade.

4.2 Análise das entrevistas e observação não-participante

Enquanto órgão paraestatal, o SEBRAE desenvolve várias ações voltadas para empreendedores de micro e pequenas empresas. Tais ações são realizadas a partir de projetos e programas específicos, que são geridos por analistas da própria instituição, destacados para exercer essas funções durante

determinado período. Diante da vasta possibilidade de segmentos atendidos pelo órgão, procurou-se identificar qual a prioridade dada ao artesanato no SEBRAE/RN, tendo em vista que, em grande parte dos casos, os artesãos estão organizados e participam de cooperativas e associações, porém nem sempre são formalizados e, portanto, não se configuram como o público principal atendido pelo SEBRAE.

Nos trechos abaixo é possível perceber que o artesanato faz parte do grupo de segmentos priorizados pelo SEBRAE/RN. O órgão oferece aos artesãos o PSA – Programa SEBRAE de Artesanato, que visa atender grupos de no mínimo 20 artesãos que produzam na mesma região, formalizados ou não. Segundo dados do SEBRAE (2012), o programa está presente em 16,6% dos municípios brasileiros com ações de capacitação e de acesso a mercados. O PSA “visa contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor artesanal [...] é executado nos municípios com o apoio de parceiros locais, como o poder público e entidades empresariais” (SEBRAE, 2012).

Observou-se que no SEBRAE/RN tem sido dada atenção especial ao artesanato. Na sede do órgão, em Natal/RN, há um *stand* com artesanato produzido por diversas cidades do interior do estado. Além disso, há uma movimentação intensa de preparação desses artesãos para 2014, ano em que a Copa do Mundo de Futebol será realizada no Brasil e a cidade de Natal/RN será uma das sedes do evento.

É interessante ressaltar a visão de negócio que o gerente tem em relação ao artesanato, o que nem sempre coincide com a visão que têm os artesãos sobre o seu trabalho. A busca por padronização também é uma característica interessante no discurso dos gerentes, que veem o artesanato como um negócio que pode trazer benefícios para toda uma comunidade.

Nós temos como uma grande prioridade trabalhar, desenvolver o artesanato na nossa região, e temos realizado algumas ações tentando desenvolver, descobrir novos grupos também, para que a gente possa ter uma referência também no artesanato, que é algo muito difícil de se definir porque já existem alguns grupos formatados, que trabalham já, só que eles são muito diversificados. (G1)

A prioridade é você desenvolver uma cultura em uma comunidade que, essa cultura, mesmo que ela já seja desenvolvida, é que gere uma qualidade de vida para essas pessoas, que gere oportunidade de negócios para elas. [...] uma visão de negócio, e que com isso eles não tenham o êxodo, não saiam da comunidade deles para vir para capital, e sim desenvolvam aquele local, e potencializem o que eles já têm. (G2)

São muitos os atores envolvidos no processo de “apoio” aos artesãos. E é interessante como a visão de ser “carente” é incorporada por todos os discursos colhidos (dos gerentes e do artesão). Os gerentes confirmam a necessidade por parte dos artesãos do apoio assistencialista advindo da prefeitura, ao passo que também reconhecem que essa assistência é muito pequena. Porém, fica clara a incorporação do discurso imposto pelo sistema capitalista. Quando G2 diz: “eles não têm essa visão ainda”, a impressão é de que a culpa do assistencialismo recai totalmente sobre o indivíduo. O cidadão, miserável, é o culpado dos seus males e precisa colocar-se como dependente do sistema e ainda ser agradecido a ele, como pode ser constatado nos seguintes trechos de A: “Eles tão oferecendo bastante capacitação pro povo, agora se o povo não pegar é por que não quer, né?” e “tem que fazer e a gente tem que agradecer, porque, né, tudo de graça”. Entretanto, o Estado é sim o responsável por controlar e amenizar as externalidades dos custos sociais, como foi denominado por Perrow (1992), advindas do sistema. Fica evidenciado que o indivíduo não consegue enxergar os benefícios como direitos inerentes ao cidadão, mas como favor. Observou-se como muitos artesãos ainda se colocam em situação inferior em relação aos órgãos e instituições que os apoiam. O perfil humilde e ingênuo é bem característico desse público, o que influencia esse posicionamento.

Conforme a reflexão de Vianna (1978), quando se fala em direito se está supondo um padrão igualitário que se comporte como unidade de medida em pessoas que estão desiguais em aptidões ou posição social. O autor ainda afirma que o direito requer um estatuto de igualdade que não diferencie o indivíduo segundo critérios de qualificação pessoal. “O direito público ainda não é percebido como elemento fundante da sociedade civil. Apenas a regula. Numa ordem classicamente liberal, essa é a característica essencial do público, do estatal” (VIANNA, 1978, p. 15).

Nossos principais parceiros eu diria que são as prefeituras municipais. O município de Lajes Pintadas é muito apoiado pela prefeitura de lá, acho que inclusive seria o único parceiro no município. [...] A prefeitura é o grande aporte de recursos também, porque o artesão é muito carente, então se ele precisa participar de qualquer evento, qualquer situação, ele não tem como custear. (G1)

Dependendo do ramo da atividade desse artesanato, a gente consegue parcerias com escolas, com a prefeitura, a prefeitura local, o município geralmente é um parceiro do artesão. [...] eles se fortalecerem para buscar uma coisa muito maior [...] porque é muito pequeno isso. É o que acontece, eles não têm essa visão ainda, que o parceiro pode estar junto com eles numa obra muito maior do que simplesmente conseguir um transporte para eles irem para um evento. (G2)

Eles [prefeitura] sempre tão presentes na associação, entendeu? Assim, os cursos que eles ofereceram pela ação social. [...] Vai ter costura, cabelo, né? Eles tão oferecendo bastante capacitação pro povo, agora se o povo não pegar é por que não quer, né? [...] É o carro, levar e buscar. [...] tem que fazer e a gente tem que agradecer, porque, né, tudo de graça. Se a gente fosse pagar um curso de design, seria meio difícil. (A)

A associação de artesãos de Lajes Pintadas foi beneficiada com dois financiamentos a fundo perdido. O primeiro, em março de 2005, foi fruto de um projeto submetido ao Fumac – Fundo Municipal de Apoio Comunitário, que estava dentro do Projeto de Redução da Pobreza Rural do Estado do Rio Grande do Norte no governo daquele período, o programa de desenvolvimento solidário. Os recursos conseguidos nesse primeiro momento possibilitaram a construção do prédio da associação. O segundo, em março de 2006, foi fruto do DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável, por meio da Fundação Banco do Brasil. Com os recursos do segundo projeto, a associação pôde concluir a reforma e comprar maquinário e material para a sede.

Verificou-se que os financiamentos realmente trouxeram melhorias para os artesãos. Foram comprados teares novos e o tingimento do sisal passou a ser feito no próprio prédio da associação, possibilitando o uso de diversos tons nas peças produzidas. Na oficina de pedra-sabão, os equipamentos adquiridos possibilitam que seja feita maior variedade de peças, além de proporcionar mais segurança em alguns manuseios. Percebeu-se um orgulho por parte dos artesãos em expor para os visitantes o produto final do trabalho.

E aí deu tudo certo, com relação à contrapartida do projeto, elas colocaram as mãos na massa, era muito bonito de se ver, porque assim, você via vinte, trinta mulheres trabalhando na construção civil, tirando os entulhos lá para nivelar o terreno, para fazer a construção. Os maridos que eram pedreiros ajudaram na construção. [...] O governo apoiando, a comunidade envolvida, sabe, e a coisa funcionando de verdade. (G1)

Muitas vezes eles têm o terreno, querem construir o espaço físico de cooperativa, de associação ou espaço mesmo de produção deles e o SEBRAE não tem recurso para isso, o recurso do SEBRAE é para capacitação. E o recurso do DRS propõe isso, que eles recebam o recurso do projeto e construam, comprem equipamento e geralmente é fundo perdido, eles não precisam devolver. (G2)

A gente não tinha nada. Para conseguir o recurso tinha que ter o terreno próprio, aí a gente comprou fiado o terreno, sem ter com que pagar, foi uma loucura, mas a gente conseguiu. [...] Aí, depois que a gente construiu, aí a gente ganhou o projeto de equipamentos, tudo, tudo, tudo foi do Banco do Brasil a fundo perdido também. [...] Foi o grande momento, porque a gente trabalhava num espaço muito impensadinho, que pra fazer uma reunião eu lembro que os meninos da pedra quando chegavam, sentavam assim numa calçada que tinha, não ficavam assim num local adequado pra uma reunião, não tinha espaço, a gente era muito impensadinho, né? [...] a gente ganhou, foi uma maravilha, a gente ia ter um canto próprio pra trabalhar e aqui é um espaço amplo, cabe tudo. (A)

A relação entre trabalho artesanal e renda também se configura como uma variável importante. Leite (2011) faz uma retrospectiva da situação do trabalho no Brasil e destaca a desestruturação do mercado de trabalho que ocorreu no país a partir dos anos 90, no período em que as políticas neoliberais foram mais evidenciadas. Para o autor, as formas instáveis de contratação, a terceirização e um nítido processo de precarização das condições de trabalho passaram a ocupar o lugar dos antigos empregos estáveis.

O caso do artesanato também pode ser enquadrado como alternativa dentro desse processo de diminuição de empregos estáveis. Muitos artesãos têm no artesanato sua renda principal ou uma complementação significativa da sua renda. A associação de Lajes Pintadas foi fundada justamente no final da década de 90. E, segundo dados da própria associação, no seu início contava com cerca de 85 associados. Por outro lado, um dado importante é o fato de o artesão entrevistado ter ressaltado que há pessoas que não têm outra fonte de renda, mas que mesmo assim não querem trabalhar como artesãos: “Tem muita gente que precisa e não faz” (A).

Observou-se certo grau de insatisfação por parte dos artesãos quando se referiram à baixa frequência de trabalho no prédio construído com os recursos públicos, principalmente por parte das mulheres artesãs, que trabalham com o sisal e que optam por trabalhar em suas casas. Percebeu-se muitos teares em desuso, até mesmo os mais novos, comprados com recursos do DRS e que possibilitam a confecção de peças maiores, como tapetes. São muitas as dificuldades observadas: o deslocamento até o prédio da associação é difícil e depende de transporte oferecido pela prefeitura, principalmente para as artesãs que vivem na zona rural.

Esse grupo eu acredito que ele funciona, que ele dá certo, por ter essa característica, elas realmente têm a atividade como a principal fonte de renda da família, elas sobrevivem do artesanato, o marido muitas vezes também trabalha na agricultura, trabalha em alguma outra atividade, mas ela é o suporte principal da família, o artesanato, elas vivem daquilo. (G1)

A maioria das pessoas que trabalham com artesanato essa é a renda principal, a maioria. Principalmente nos municípios, não na capital. [...] Mesmo que seja uma pessoa só, é um trabalho que acaba atingindo toda a família. Por trás tem a família trabalhando, mesmo que um se apresente para a sociedade, mas por trás a família tá sempre favorecida. (G2)

Eu enxergo assim como que a pessoa faz porque gosta e é uma renda que a pessoa precisa, que sempre quem faz é porque gosta, não é porque é obrigado a fazer, porque tá precisando. Tem muita gente que precisa e não faz, agora as pessoas que fazem, gostam mesmo do trabalho, fazem mesmo porque têm amor ao trabalho. Eu mesmo tenho amor ao meu trabalho. (A)

Há justificativas antagônicas sobre a baixa participação dos artesãos em capacitações e ações oferecidas pelo SEBRAE/RN. Isso se dá pelo fato de também haver uma grande diferença na visão que gerentes e artesãos têm sobre essa atividade. Durante a pesquisa foi possível perceber que os gerentes esperam dos artesãos um posicionamento empreendedor, um comprometimento com a atividade como um negócio. Por sua vez, o artesão ainda possui uma visão muito romântica da atividade que realiza, o prazer e o amor pelo artesanato estão muito presentes em seu discurso, além dos traços culturais que são muito fortes, principalmente por se tratar de pessoas, nesse caso, que vivem no interior e tem suas tradições e costumes.

5 CONCLUSÕES

É possível concluir que, em Lajes Pintadas, a presença do Estado, mais especificamente a prefeitura e o governo do estado, com a participação do Banco do Brasil e do SEBRAE como entidades paraestatais no desenvolvimento e implementação de políticas públicas, desempenha importante impacto e relevância social. As ações, caracterizadas como políticas públicas, fazem parte de diversos programas como o Fundo Municipal de Apoio Comunitário, ligado ao Projeto de Redução da Pobreza Rural do Estado do Rio Grande do Norte, o programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), por meio da Fundação Banco do Brasil e a assistência técnica do SEBRAE/RN, na forma de palestras e consultorias; o apoio da prefeitura, na forma de custeio de treinamentos, custos de transporte e ação social. As políticas operacionalizadas na forma de capacitações, treinamentos, palestras, financiamentos e consultoria auxiliaram na criação e no desenvolvimento da Associação de Artesãos de Lajes Pintadas e no incremento da renda familiar dos envolvidos. Levando-se em conta um município com índice de pobreza na faixa de 60% (IBGE, 2012), os recursos oferecidos possibilitaram a construção do prédio da associação, bem como a aquisição do maquinário e dos equipamentos necessários para o desenvolvimento do artesanato local. Porém, as ações desenvolvidas ainda se mostram insuficientes, pois são poucos os beneficiados.

Além disso, a análise do perfil socioeconômico do artesão local revelou algumas oportunidades de uma atuação mais eficaz no que diz respeito à participação dos agentes públicos no desenvolvimento da região. A renda gerada pela atividade ainda não passa de até um salário mínimo para a maioria dos artesãos, de modo que se vislumbra maior necessidade de políticas de financiamento para aquisição de maquinários que permitam aumentar a produção, bem como de ações de consultoria para que os artesãos possam profissionalizar sua atividade e buscar novos mercados para colocação de seus produtos. As ações de geração de emprego e renda constituem-se em importantes estratégias para fomentar o desenvolvimento regional e propiciar melhores condições de vida para as famílias envolvidas com o artesanato.

Um dos aspectos que merece destaque é a presença de diversos agentes públicos (órgãos do Estado e entidades paraestatais) com ações integradas entre os atores envolvidos, o que acaba favorecendo a geração de um efeito sinérgico e potencializador dos resultados das políticas públicas adotadas. Trata-se de um modelo que, se desenvolvido com maior amplitude, poderá ter maiores repercussões na melhoria do nível socioeconômico da região e redução da pobreza.

Por fim, sugere-se que sejam realizados estudos mais abrangentes sobre aspectos relacionados às políticas públicas e o desenvolvimento regional. Tendo em vista que o estudo teve caráter transversal, sugerem-se ainda estudos longitudinais que possam acompanhar a evolução das políticas públicas e suas repercussões socioeconômicas nas comunidades envolvidas com o artesanato.

REFERÊNCIAS

- BAUER, M.W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; BOITO Jr. A. *Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Ideias, 2002.
- COELHO, R. C. *Estado, governo e mercado*. Brasília: CAPES-UAB, 2009.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. *Métodos de pesquisa em administração*. 7. ed. São Paulo: Bookman, 2003.

- COSTA, M. S. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 111-170, out. 2005.
- DELLAGNELO-ELOISE, E. H. L.; SILVA, R. C. Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (orgs.). *Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GEOFF, E. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Orgs.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Ed. da UnB, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=240680>>. Acesso em: 17 jul. 2012.
- _____. *Perfil dos municípios brasileiros: MUNIC, 2009*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/defaulttab.shtm>>. Acesso em: 17 jul. 2012.
- LEITE, M. P. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas fases de um mesmo processo. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs.). *Marchas e contramarchas à informalidade do trabalho*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2011. p. 29-63.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PERROW, C. B. Una sociedade de organizaciones. *REIS – Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, v. 59, n. 92, p.19-55, 1992.
- POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1998.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. São Paulo: Campus, 1980.
- PROGRAMA SEBRAE DE ARTESANATO. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/setor/artesanato>>. Acesso em: 19 jul. 2012.
- PRÊMIO SEBRAE Top 100 de Artesanato. Disponível em: <<http://www.top100.sebrae.com.br/Historico/>>. Acesso em: 24 jul. 2012.
- PROGRAMA APRENDENDO A EXPORTAR. Disponível em: <http://www.aprendendoaexportar.gov.br/artesanato/013_frameset.htm> Acesso em: 24 jul. 2012.
- RUA, M. G. *Políticas públicas*. Brasília: CAPES-UAB, 2009.
- SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan.-jun. 2004.
- SPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova*, n. 24, set. 1991.
- VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.